

EDITORIAL

Vem a público neste abril de 2010 o 11º número da *Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*. Os textos ora apresentados, como sempre, prezam pela profundidade e coerência, além da abrangência em relação aos dilemas sociais desta transida primeira década do século XXI.

Distanciando-se de um pluralismo tão “democrático” quanto infértil e superficial, a *Revista* consolida seu viés profundamente marxista e ratifica seu engajamento pela emancipação humana – esta, apenas alcançável por meio de uma revolução social. Desta forma, não se obriga a trazer a lume os vazios e irrelevantes temas da moda acadêmica nem se filia à homogeneização que nivela questúnculas da assim chamada “vida privada” e dramas humanos substantivos. São estes últimos que vêm à tona nas páginas da *Verinotio*. Sempre, é claro, considerando-se o fato de que, parafraseando J. Chasin, quando há urgência social acerca de determinadas problemáticas, somos obrigados a tratá-las com o devido rigor e cuidado e não podemos nos dar ao luxo de ter pressa.

Os textos apresentados neste número abordam desde a questão candente da exclusão social, tão dramática quanto insolúvel no seio do capitalismo, até a educação (tema que aqui aparece em três textos: sua relação com a mercantilização capitalista, as advertências corretivas do Banco Mundial aos países da periferia do capital e as políticas educacionais para os idosos). Outros textos passam pelo novo papel feminino a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho, pela autêntica discussão da vida cotidiana sob o capital – a partir de um diálogo com Harry Braverman – e pelo apontamento de divergências inconciliáveis entre o pensamento de Lukács, de um lado, e Adorno e Heidegger, de outro. Ainda, estão presentes a busca de compreender a especificidade da formação social brasileira e um discurso elogioso de Lukács acerca de Gorki.

Na seção “Artigos”, Antonio J. L. Alves, sempre tendo por base os lineamentos ontológicos do pensamento de Marx, mais uma vez apresenta um texto que pretende ir contra a corrente. Em “A história da exclusão e a exclusão da história” ele afirma que o tema da exclusão social tem tido um tratamento abstrato e a-histórico em termos políticos e acadêmicos. O autor avalia os pressupostos e expõe os limites da perspectiva multiculturalista, criticando duramente as posturas que desprezam o evoluir histórico em proveito de questões como a da busca das origens e/ou da identidade. Na direção oposta, intenta repor a questão da exclusão a partir de suas determinações efetivas, de ordem histórico-social, ressaltando, a um tempo, a universalidade e a particularidade do fenômeno.

No artigo “O contexto neoliberal: as recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital”, Bráulio Roberto C. Loureiro analisa as propostas educacionais do Banco Mundial no bojo da crise estrutural do capital. Ancoradas na perspectiva neoliberal, as políticas educacionais avalizadas pelo Bird pautam-se pela rentabilidade dos investimentos, pela redução das despesas do Estado e pelo adestramento do trabalhador para o trabalho em tempo de acumulação flexível. O autor percorre documentos e demonstra, a partir da própria letra do Banco, como suas ideias estão relacionadas às necessidades atuais do modo de produção capitalista.

Vitor Sartori aborda tema de extrema relevância nos dias que correm: o pensamento heideggeriano, largamente predominante no século XX e nesta primeira década do século XXI, e sua relação com Lukács. O autor baseia seu “O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis” em textos como a *Carta ao humanismo*, de Heidegger, e *Ontologia e Estética*, de Lukács. Parte da crítica que os dois filósofos fazem ao pensamento filosófico anterior e de suas relações com o idealismo alemão e aborda a relação entre alienação e manipulação e as distintas concepções de história que permeiam o ideário de ambos. Sartori quer demonstrar que as críticas de Heidegger ao materialismo, à história e à alienação são a base explicativa de sua oposição a Lukács.

O texto “Educação: a natureza do capital que transforma tudo em mercadoria”, de Eli Narciso da Silva Torres, expõe a mercantilização do mundo sob o capital para abordar aí o tema da educação. A autora discorre sobre a educação institucionalizada e sua função estrutural: internalizar nos indivíduos regras e mecanismos eficazes de dominação e subordinação ao capital. A autora remete a Marx para compreender a concomitante produção de riqueza e de miséria que existe nesta sociedade trespassada pela luta de classes e busca descobrir o lugar da educação no processo de emancipação. Frise-se, contudo, a divergência do Conselho Editorial desta *Revista* no que respeita às supostas heranças hegelianas imputadas pela autora ao pensamento marxiano – o que não tira a importância do trabalho e a pertinência que o perpassa.

Simone Aparecida Jorge apresenta um artigo – “A situação da mulher na família e no mercado de trabalho – RMS (2007-2008)” – em que aborda, amparando-se em análise de bases de dados, a inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, a mais importante do País. A autora salienta as transformações por que passou esta inserção e outras, daí decorrentes, no âmbito familiar – a mudança de papel da mulher no seio da família a partir de seu ingresso no mercado de trabalho.

Marcos Augusto de Castro Peres discute, em “Velhice, educação e exclusão: a educação de jovens e adultos

e o analfabetismo entre idosos”, a relação entre velhice e educação nos programas de educação de jovens e adultos. O autor demonstra que inexistente no País uma política educacional específica para a velhice e que a legislação brasileira sobre a questão ignora o problema do analfabetismo – chaga social que atinge principalmente os idosos. Os programas de educação de adultos, por outro lado, homogeneízam práticas educacionais que deveriam ser variadas em função do público de idades heterogêneas a que atendem. Este descaso com a ancianidade, assevera Peres, está relacionado à instrumentalização do aparato educacional pelo sistema produtivo: tendo passado da idade produtiva, os idosos são excluídos dos projetos educacionais.

Antonio Rago Filho retorna ao pensamento do filósofo J. Chasin em seu artigo “A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico”. Chasin demonstrou que a formação social brasileira constituiu-se por um caminho peculiar, o qual designou *Via Colonial de objetivação do capitalismo*. Trata-se de uma forma de objetivação retardatária e de lento desenvolver, atrofiada, subalterna ao imperialismo, cujas mudanças são feitas “pelo alto”, excluindo as massas trabalhadoras, superexploradas para alimentar a burguesia interna e a estrangeira. O autor ainda expõe teorias de outros autores brasileiros, mostrando sua proximidade ou distância em relação ao pensamento chasiniano, destacando-se aí Caio Prado Jr., de um lado, e Carlos Nelson Coutinho, de outro.

Mônica Hallak Martins da Costa discute a relação entre “Vida cotidiana e mercado mundial” a partir de um “Breve diálogo com Harry Braverman”. A autora destaca o mérito de Braverman – o de evidenciar as transformações objetivas e subjetivas na vida cotidiana decorrentes das mudanças nas relações de produção –, mas, em sua avaliação crítica, também procura descobrir se o autor de *Trabalho e capital monopolista* incorre em saudosismo em relação a formas societárias passadas.

A seção “Traduções” tem dois textos. No primeiro, o filósofo romeno Nicolas Tertulian deslinda a controversa relação teórica entre Adorno e Lukács, o qual foi duramente atacado pelo primeiro, entre outros, num texto intitulado “Uma reconciliação extorquida”, publicado em 1958. De acordo com Tertulian, Adorno objetivava apresentar a história de Lukács como a de uma regressão intelectual – a consciência estética do primeiro Lukács teria se atrofiado por seu engajamento político. Na base da crítica de Adorno está a noção de que o filósofo húngaro força uma vinculação entre arte e vida cotidiana e de que a noção lukacsiana de realismo está equivocada. Tertulian discorre acerca das divergências entre os dois autores, posicionando-se a favor de Lukács, cuja estética avalia como mais profunda que a de Adorno.

A segunda tradução, “O libertador”, de autoria de G. Lukács, é um texto escrito por ocasião da morte do “humanista proletário” Máximo Gorki, em 1936. Lukács ressalta neste texto, traduzido e apresentado por Rainer Patriota, a profunda e espontânea ligação do escritor russo com a vida cotidiana – donde sua grandeza não só enquanto escritor, mas também humana. Apenas por meio de experiências reais – nunca somente por meio de leitura ou pesquisa preparatória, como faziam os escritores “profissionais” – consegue-se, segundo Lukács, alcançar o nível da personalidade e do talento de Gorki. Este pode servir como modelo para os escritores socialistas, uma alternativa à antinomia *burocratismo soviético* ou *subjetivismo das vanguardas ocidentais*.

Boa leitura!

Vânia Noeli Ferreira de Assunção